

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Celina que lute

O fato de o ministro da Fazenda, Dario Durigan, ter deixado a escandalosa compra do Master pelo BRB no colo do Distrito Federal e dito que “não dá para cobrir um rombo mal-explicado” foi um recado claro de que não haverá socorro federal. No Planalto, ninguém diz nada diferente disso. Mas, a intenção é esperar a conversa da governadora Celina Leão com o presidente Lula.

Gonet tem a força

Os investigadores podem até querer correr com a delação de Daniel Vercaro e de Paulo Henrique Costa. Porém, há quem diga que quem tem a ampulheta para definir o tempo é o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet. Se ele quiser deixar para depois das eleições, não haverá muito o que fazer, a não ser cobrar celeridade.

Esse é o caminho...

Aos poucos, governo e oposição se alinham para chegar ao consenso em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre fim da escala 6 x 1. A palavra de ordem hoje é “compensação”, ou seja, desoneração da folha. O Poder Executivo quer proteger a contribuição previdenciária. Os opositores acenam com outros encargos, e até mesmo a possibilidade de uma linha de crédito — tese já defendida por membros da base.

... que surge

Já no setor produtivo, o que se diz é que o Congresso pode aprovar o texto, se o governo retomar a sucumbência em processos trabalhistas — princípio jurídico que obriga a parte perdedora em um processo a pagar os honorários do advogado da parte vencedora e as custas processuais —, e colocar condições especiais e melhores para terceirizados e Micro e Pequenos Empreendedores (MEI). À coluna, parlamentares já citaram a ideia de isentar os MEI e pequenas empresas para diluir os custos da redução da jornada.

Fica, Messias

Dentro do PT tem deputado defendendo que o advogado-geral da União, Jorge Messias, assumo o Ministério da Justiça. Wellington César Lima e Silva, atual ministro, não é visto com bons olhos por uma ala do Partido dos Trabalhadores. Muitos petistas não se esquecem que Wellington afirmou não ver problema em realizar um plebiscito para avaliar a redução da maioria penal — tema que o PT é totalmente contrário. Pesa ainda o fato de César Lima não ter se mexido para ajudar a indicação de Messias ao Supremo Tribunal Federal.

Em busca de um nome irrecusável

Depois da rejeição de Jorge Messias para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Lula busca um nome no qual os senadores ficariam constringidos em votar contra. O que está em alta na bolsa de apostas esta semana é o do ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas. Bruno tem laços em todos os partidos. É ligado, em especial, ao ex-presidente José Sarney e ao senador Renan Calheiros (MDB-AL). No caso de Bruno, o MDB votaria e trabalharia para aprovar, algo que não foi feito no caso de Messias.

Deu ruim/ Bruno já esteve cotado outras vezes para ministro do STF. Mas Lula sempre preferiu um nome mais ligado ao PT. Agora, resabiado com a derrota, o presidente cogita indicar um nome mais afeito a um partido aliado. O senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) é considerado carta fora desse baralho, porque seria se render ao que, desde o início, havia pedido o senador Davi Alcolumbre (União-AP). E atender Renan, que foi derrotado por Alcolumbre lá atrás, quando o senador amapaense foi candidato a presidente do Senado pela primeira vez, não seria de todo ruim para Lula em termos de um certo chega para lá no atual comandante do Senado.



CURTIDAS

Ed Alves/CB/D.A Press



Me dê um tempo/ Messias (foto) prefere tirar um período sabático para se refazer das traições que sofreu. Afinal, as contas do governo indicavam, no mínimo, 43 votos, descontadas aqueles dos quais o Planalto tinha dúvidas. Messias obteve o “sim” de 34 senadores.

Suspense/ Até o fechamento desta edição, ainda não havia anúncio oficial do encontro entre os presidentes Lula e Donald Trump, em Washington. Porém, uma equipe de diplomatas trabalha nesse tema.

Câmara 200 anos/ A Câmara dos Deputados vai homenagear seus ex-presidentes em sessão solene nesta quarta-feira, 10h, para comemorar seus 200 anos. A lista é grande: Aécio Neves, Aldo Rebelo, Arlindo Chinaglia, Arthur Lira, Eduardo Cunha, Henrique Eduardo Alves, João Paulo Cunha, Marco Maia, Michel Temer e Rodrigo Maia. Henrique Eduardo Alves não estará presente, porque se recuperou de uma cirurgia.

Homenagens ao decano/ Marilene Carneiro Mattos, Pedro Ivo Velloso Cordeiro e Ronald Siqueira Barbosa Filho, todos com profundo conhecimento e atuação no direito, lançam hoje, 18h, na Biblioteca do STF, o livro *Constitucionalismo Digital e seus Desafios _ reflexões em homenagem ao ministro Gilmar Mendes*.

PODER

No Rio, o 3º deputado preso

Integrante do grupo do ex-governador Cláudio Castro, Thiago Rangel estaria à frente de um esquema de superfaturamento

» FABIO GRECCHI,
» IAGO MAC CORD

O deputado estadual fluminense Thiago Rangel (Avante) foi preso, ontem, pela Polícia Federal (PF) devido a fraudes cometidas na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Ele estaria à frente de um esquema de superfaturamento de obras em escolas estaduais. De acordo com as investigações, há indícios de que um montante de até R\$ 2,9 milhões em caixa dois teria sido prometido para financiar campanhas políticas de pessoas ligadas ao grupo político do parlamentar.

A prisão de Rangel é a terceira de um deputado fluminense. Antes dele, o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj), Rodrigo Bacellar, foi levado à prisão por suposto envolvimento com o crime organizado. O primeiro a ir para a cadeia foi Thiago Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias, envolvido com lavagem de dinheiro do Comando Vermelho.

A ordem de prisão de Thiago e outras seis pessoas partiu do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Há a suspeita, porém, de que algum dado da operação, denominada “Unha e Carne”, tenha vazado. Isso porque, um dia antes, a filha do deputado, a vereadora Thamires Rangel (PMB), de Campos dos Goytacazes, foi exonerada da Subsecretaria Adjunta de Conscientização Ambiental, que integra a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Ela estava no cargo desde o ano passado, nomeada pelo então governador Cláudio Castro (PL).

Rangel integrava a base do ex-governador na Alerj. O esquema financeiro investigado pela PF aponta um salto nos gastos da Secretaria de Educação: os repasses da pasta para

Reprodução/Instagram



Segundo a PF, Thiago e Bacellar (D) atuavam juntos no esquema de superfaturamento na Secretaria de Educação

reformas em escolas subiram uma média anual de R\$ 60 milhões, até 2018, para R\$ 630 milhões, em 2024. A PF identificou que a cúpula da secretaria centralizava as cotações de preços das obras e pressionava as unidades de ensino a contratar empresas específicas, muitas delas de fachada ou sem capacidade operacional. Reformas de pequena monta tornavam-se grandes para justificar o superfaturamento e o desvio de recursos para o caixa dois.

Entre os exemplos citados pela decisão de Moraes está o da empresa Flademma, cuja sede é em um imóvel residencial pertencente a um beneficiário de auxílio emergencial. A firma obteve nove contratos

somando R\$ 7,7 milhões. Outro caso é o da Atec, ligada ao filho de uma subsecretaria de Educação, que recebeu R\$ 11,4 milhões da pasta.

O esquema de superfaturamento e desvio de recursos era operado por Luiz Fernando Passos de Souza, também preso na operação de ontem. Ele movimentaria os valores para o deputado. Segundo relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), empresas vinculadas a Luiz Fernando — como a VML Comércio e Serviços e a E.H. Almeida Casa de Festas — eram utilizadas para triangular recursos desviados e realizar saques de alto valor em dinheiro vivo. Em um único período, no fim de 2024, Luiz Fernando

realizou seis provisionamentos de saques que somaram R\$ 4 milhões, sendo que R\$ 2,96 milhões foram retirados na boca da caixa.

Notebooks

A PF chegou a Rangel por meio da análise de um dos notebooks de Rodrigo Bacellar. Uma planilha encontrada em um dos computadores do ex-presidente da Alerj detalhava a distribuição de cargos em troca de votos no Legislativo — o que, conforme a decisão de Moraes, sugere uma “provável instrumentalização da estrutura da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para beneficiar as ações ilícitas

» Salto patrimonial e outras suspeitas

Eleito deputado estadual em 2022, com 31,1 mil votos, Thiago Rangel teve um aumento patrimonial de 700% em apenas dois anos depois de deixar o mandato de vereador em Campos dos Goytacazes, de acordo com dados da Justiça Eleitoral. Em 2020, o então vereador declarou um patrimônio de R\$ 224 mil. Dois anos depois, disse ter R\$ 1,9 milhão. A ascensão financeira meteórica chamou a atenção das autoridades. Em outubro de 2024, Rangel foi alvo da Operação Posto de Midas, da Polícia Federal, sob suspeita de fraudar licitações e lavar dinheiro por meio de uma rede de postos de combustíveis. Segundo a PF, a Receita Federal e o Ministério Público do Rio (MP-RJ), Rangel liderava um esquema que dispensava licitações para favorecer as próprias empresas. Os contratos, de acordo com os investigadores, eram firmados com sobrepreço e usados para desviar recursos públicos, que depois eram ocultados por meio da movimentação financeira da rede de postos. A corporação apontou em 2024 que ele mantinha uma rede com 18 postos de combustíveis, além de 12 empresas identificadas na investigação. Antes de tornar-se deputado estadual, Rangel ocupou cargos no Instituto de Pesos e Medidas (Ipem-RJ) e no Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Detro-RJ).

praticadas pelo crime organizado”. A investigação ainda aponta o financiamento eleitoral de R\$ 2,9 milhões prometido por Bacellar para a campanha da filha de Rangel e outros aliados.

Rangel e Bacellar faziam parte do mesmo grupo político de Cláudio Castro e do hoje presidente da Assembleia Legislativa, Douglas Ruas (PL). Até ser preso, Bacellar era o terceiro na linha sucessória ao governo fluminense e o nome que o ex-governador pretendia que fosse eleito para o Palácio Guanabara. Com a perda do mandato e a detenção, esse mesmo grupo político pretende fazer de Ruas governador interino e candidato em outubro.

A pretensão desse grupo esbarra, porém, no STF. A fim de analisar o acórdão da decisão do Tribunal Superior Eleitoral que tornou Cláudio Castro inelegível por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022, o ministro

Flávio Dino suspendeu a sessão que decidia o formato de eleição no Rio de Janeiro. Isso porque o ex-governador renunciou ao mandato; o ex-vice-governador, Thiago Pampolha, também renunciou para ocupar uma das cadeiras como conselheiro no Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ); Bacellar está preso; e somente poucos dias atrás Douglas Ruas foi eleito e tornou-se o terceiro na linha sucessória. Quando da suspensão do julgamento por Dino, estava 4 x 1 para a eleição indireta para o governo fluminense. O ministro tem 90 dias para apresentar seu voto e o julgamento ser retomado.

Por ora, o governo fluminense vem sendo conduzido pelo desembargador Ricardo Couto, presidente do Tribunal de Justiça (TJ-RJ). Desde que assumiu, o governador interino promoveu 1.568 exonerações na máquina do estado de indicados pelo grupo de Cláudio Castro.